

Infraestrutura Alterações já devem valer para primeiro bloco de terminais portuários do programa

Pressão fiscal espalha mudanças e atritos em novas concessões

Murillo Camarotto e Daniel Rittner
De Brasília

O governo avalia uma mudança drástica no programa de concessões de portos, que está travado há um ano e meio no Tribunal de Contas da União (TCU). O critério para definir os novos contratos de arrendamento dos terminais em portos organizados passará a ser, em boa parte das licitações, uma outorga onerosa a ser cobrada das empresas interessadas em explorar essas instalações.

Esse modelo, fartamente usado no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, foi abolido no marco regulatório do setor em vigência desde 2012. A nova Lei dos Portos deixava clara a preferência por um modelo que combinava menor tarifa e maior movimentação de carga com principais critérios nas licitações.

A provável volta da outorga onerosa é motivada pela necessidade do governo de fazer caixa em um cenário de ajuste fiscal. A mudança já deve valer para o primeiro bloco de concessões, que reúne 29 arrendamentos nos portos de Santos (SP) e do Pará, cuja aprovação pelo TCU foi novamente adiada na sessão plenária de ontem do órgão de controle.

No caso dos portos, não há divergências relevantes da área técnica com os ministérios da Fazenda e do Planejamento, que têm visto na discussão em torno da

próxima rodada de concessões de infraestrutura uma oportunidade para reforçar o caixa do Tesouro Nacional. No setor elétrico e na aviação, a postura da equipe econômica começa a gerar incômodo na Esplanada dos Ministérios.

Um dos focos do descontentamento está na renovação das concessões de 40 distribuidoras de energia que vencem a partir de julho. As autoridades do setor — o Ministério de Minas e Energia e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) — têm recomendado à presidente Dilma Rousseff apostar todas as fichas em exigências por planos de investimentos capazes de garantir a melhoria dos serviços prestados.

O ministério e a agência levam em conta ainda a delicada situação financeira das distribuidoras e o fardo do aumento superior a 40% das contas de luz neste ano. Até agora, no entanto, prevalece internamente a visão da equipe econômica de cobrar pela prorrogação dos contratos prestes a terminar.

Outro ponto de controvérsia envolve o número de aeroportos oferecidos à iniciativa privada na próxima rodada. O ministro da Secretaria de Aviação Civil (SAC), Eliseu Padilha, firmou convicção de que apenas três aeroportos devem ser concedidos em uma primeira leva: Porto Alegre, Florianópolis e Salvador. A inclusão de um quarto terminal foi anunciada anteontem pelo secretário-

executivo do Ministério do Planejamento, Dyogo de Oliveira, e a Fazenda apoia por causa das perspectivas de fazer mais caixa.

Na visão de Padilha, não é possível colocar mais aeroportos em leilão agora, por causa da necessidade imediata de reestruturação da Infraero. Com a queda de receita, por causa de terminais já transferidos à iniciativa privada, a estatal ficou totalmente dependente de aportes do Tesouro para fazer investimentos. “Respeito todos que pensam diferente, mas a nossa palavra são três [aerportos], em um primeiro momento. Obviamente, a palavra final é da presidente. Mas, para o programa de reestruturação da Infraero, precisamos que sejam três.”

Padilha lembrou que o setor vive um momento de “transformação”, em decorrência da Operação Lava-Jato, que deixou à venda participações acionárias de grupos como OAS, UTC e Engevix nos consórcios responsáveis por aeroportos como Guarulhos, Viracopos, Brasília e São Gonçalo do Amarante (RN).

Na prática, uma das ressalvas da SAC — não especificada pelo ministro — é que a inclusão de mais aeroportos na próxima rodada gere um excesso de ativos em oferta ao setor privado e derube os preços nos leilões. No caso dos terminais aeroportuários, as concessões anteriores já foram feitas por maior valor de outorga.



Eliseu Padilha: não é possível colocar mais aeroportos em leilão agora, por causa da reestruturação da Infraero

No caso dos portos, a cobrança de outorga não deverá valer para todas as 29 áreas do primeiro bloco de arrendamentos. A mudança nas regras será feita com base em uma brecha na nova Lei dos Portos (12.815/2013). No capítulo que trata das licitações, o texto diz que os critérios de julgamento das propostas considerarão a maior capacidade de movimentação, menor tarifa e outros estabelecidos no edital.

São justamente esses “outros” critérios que serão usados para embasar a decisão de cobrar outorga. A ideia partiu da própria Secretaria de Portos (SEP) e foi, naturalmente, bem recebida pelos ministros Joaquim Levy (Fazenda) e Nelson Barbosa (Planejamento).

As licitações, porém, continuam emperradas no TCU. Desta vez, pequenas divergências entre os votos dos ministros resultaram no adiamento. O ministro Bruno Dantas, ausente da sessão, havia deixado seu voto consignado ao do colega Víta do Rêgo. Vital preferiu aguardar o retorno de Dantas para avaliar a questão. A promessa é que o tema volte à pauta na próxima semana, mas é real o risco de que os estudos precisem ser refeitos.

Regras agradam investidores, mas deixam usuário insatisfeito

Fernanda Pires
De Santos

A possibilidade da volta do modelo do maior valor de outorga como critério para arrendamentos de áreas em portos públicos agrada o empresário interessado em investir, mas não o usuário final dos portos — importadores e exportadores. “Subentende-se que o terminal terá de recuperar o valor pago, significa que haverá um aumento de custo de serviços”, afirma o presidente da Associação dos Exportadores do Brasil (AEB), José Augusto de Castro. “O país precisa decidir se quer ser competitivo ou arcar com a redução do déficit fiscal”, diz o advogado especialista em regulação de transporte, Osvaldo Agripino Junior.

Os empreendedores entendem que o modelo nunca deveria ter sido abandonado. “Foi um sucesso e poderia ter sido mantido. Funcionou em 100% dos casos”, disse Nelson Carlini, presidente do conselho de administração da LOGZ. Pa-

ra Carlo Bottarelli, presidente da Triunfo, os critérios de preço máximo ou movimentação são “artificialismos”. “O que reduz preço é competição, diz.

O sistema de maior valor de outorga dá, entre outros, mais liberdade ao investidor e não fixa previamente a Taxa Interna de Retorno (TIR) do negócio.

“O cenário nos anos 90 era muito diferente. O governo não tinha dinheiro, precisava gerar caixa. Hoje, apesar de o governo precisar de dinheiro, o ambiente concorrencial no mundo aumentou”, diz Castro. “Já temos um custo logístico muito elevado, precisamos que ele diminua.” Os investidores aprovam. Para um executivo de terminal de contêineres interessado nos arrendamentos, o modelo de outorga é mais simples de executar e fiscalizar.

Caso o governo ressuscite a outorga onerosa, terá de fazer novas modelagens para lançar os editais.

Vencedor de leilão no RS terá que construir segundo aeroporto

De Brasília

O consórcio vencedor do leilão do aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, deverá mesmo receber a tarefa de erguer do zero outro aeroporto nas imediações da capital gaúcha. Será a primeira vez, nas concessões do setor, em que se planeja uma exigência do gênero — um aeroporto totalmente novo, não apenas a construção de pistas ou de terminais.

Essa regra já havia sido cogitada pela Secretaria de Aviação Civil

(SAC), em nota técnica elaborada no ano passado, e vinha sendo defendida pelo governo do Rio Grande do Sul como a melhor solução para expandir a infraestrutura aeroportuária. Agora, a intenção do Palácio do Planalto é incluir tal exigência no contrato de quem arrematar a concessão do Salgado Filho, que se encontra à beira da saturação e tem possibilidades limitadas de expansão.

O segundo aeroporto da região metropolitana de Porto Alegre, já batizado informalmente

de 20 de Setembro, tem lugar reservado: o município vizinho de Portão. A tendência é que o futuro concessionário tenha um período longo, não inferior a dez anos, para entregar o empreendimento. Enquanto isso, terá que fazer melhorias no Salgado Filho e ficará com suas receitas. Toda essa modelagem, no entanto, depende dos estudos de viabilidade que serão feitos por meio de um procedimento de manifestação de interesse — as chamadas PMIs. Esses estudos indicam núme-

ros como valor mínimo de outorga, volume de investimentos da concessão e duração ideal do contrato. O ministro Eliseu Padilha, da SAC, manifestou ontem o desejo de que eles sejam feitos pela Estruturadora Brasileira de Projetos (EBP). Criada pelo BNDES e por oito bancos comerciais, a EBP foi responsável pelos estudos de viabilidade das duas rodadas anteriores de concessões aeroportuárias. “Em time que está ganhando não se mexe.” De acordo com Padilha, a expec-

tativa é que todo o trâmite até a assinatura do contrato com os concessionários privados — o que envolve a realização dos estudos, audiências públicas, aval do Tribunal de Contas da União (TCU), leilão e homologação do resultado — leve de 360 a 420 dias a partir do anúncio efetivo do pacote. Com isso, ele descartou que a licitação ocorra ainda neste ano e prevê a transferência do controle à iniciativa privada só em meados de 2016.

Padilha também cravou, pela primeira vez, a operadora alemã

Fraport como vitoriosa do processo de seleção internacional de parceiros para a constituição da Infraero Serviços. A escolha da Fraport já havia sido antecipada pelo **Valor**, em novembro do ano passado. Esse novo braço da Infraero, que terá 51% de capital público e 49% da sócia estrangeira, cuidará da prestação de serviços aeroportuários — especialmente nos aeroportos regionais. “Foi quem apresentou os melhores indicadores diante do que nós buscávamos.” (DR)

TCU aponta problemas de planejamento no setor elétrico

Rafael Bitencourt e Murillo Camarotto
De Brasília

O plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou ontem o resultado da fiscalização do setor elétrico que aponta problemas de planejamento e operação do sistema. As análises realizadas pelas equipes de auditorias do tribunal foram reunidas no Relatório Sistemático de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica.

As críticas do tribunal atingiram em cheio o plano de redução das tarifas de energia lançado pelo governo em 2012. Segundo o relatório, o pacote de medidas não teria atingido seu objetivo principal. Na época, foi prometido um corte nas tarifas de 20%, em média, garantido por meio da renovação antecipada das concessões nos segmentos transmissão e geração.

Ao fazer a apresentação do relatório, o ministro Vital do Rêgo informou que somente em 2015 as tarifas já teriam sofrido uma alta de 30%, até o mês de março. O ministro sugeriu que todo o esforço do governo, que gerou profundo desgaste com as empresas do setor, teria sido em vão.

O relatório do TCU indicou, em sua conclusão, haver “fragilidades” no sistema elétrico brasileiro do ponto de vista estrutural. Para o tribunal, o empenho do governo em aperfeiçoar a segurança do abastecimento e qualidade da operação não foi suficiente.

Ao comentar o teor do relatório, o ministro do TCU Augusto Nardes afirmou que a crise no setor, que passou pelo risco de desabastecimento e pela explosão dos preços da energia, poderia ter sido ainda pior se a economia do país tivesse crescido nos últimos dois anos aos níveis projetados pelo governo, em torno de 4% ao ano. “Ainda bem que a economia do país não cresceu nos últimos anos o que es-

perávamos, porque a crise teria sido ainda pior”, disse o ministro.

O documento relata problemas que já haviam levado as empresas do setor a cobrar soluções do governo. Este é o caso da falta de revisão das garantias físicas de usinas. Definida em contrato, a garantia física representa o volume de energia que cada empreendimento pode efetivamente gerar.

O ministro-relator afirmou que,

em fiscalização de 2010, o tribunal identificou o risco de o sistema enfrentar uma situação de “desequilíbrio” por causa da quantidade de usinas que produzem abaixo do previsto no contrato. “Até hoje, nenhuma revisão foi realizada, nem mesmo de usinas com mais de 30 anos ou aquelas onde os rios que sofreram intervenções”, disse.

Os fiscais do tribunal também relataram que a falta de estímulo

à modernização do parque de geração é responsável pela perda do potencial de 8 mil megawatts (MW), o que representa 6% da capacidade total do país.

Por outro lado, a corte também apontou a necessidade de maior combate à ineficiência do sistema, que tem atingido “níveis preocupantes”. Em auditoria de 2012, as perdas do sistema giravam em torno de 20%. Em algumas instalações

na região Norte, este índice atingiu 39%, especialmente em empresas do grupo Eletrobras.

O ministro explicou que a ineficiência ocorre com dois tipos de perdas: técnicas (causadas pela dissipação de calor nos equipamentos) e comerciais (provocadas por furto de energia). Além disso, há fraudes e problemas no sistema de medição ou faturamento das distribuidoras.

Bayer		BAYER S.A.		DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONDENSADAS	
		São Paulo - SP - CNPJ nº 18.459.628/0001-15		PELA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA EM 31 DE DEZEMBRO	
		Valores expressos em milhares de reais		Valores expressos em milhares de reais	
Balanco patrimonial em 31 de dezembro				Demonstração do resultado - Exercício findo em 31 de Dezembro	
				Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma	
	2014	2013		2014	2013
Ativo			Passivo e patrimônio líquido		
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	147.670	67.089	Fornecedores	215.203	180.782
Contas a receber (Nota 4)	5.214.033	3.816.733	No País	5.200	8.209
Estoque (Nota 5)	1.122.174	1.019.034	No exterior	545.041	487.459
Impostos a recuperar (Nota 6)	123.532	194.855	Sociiedades ligadas (Nota 8)	-	11.209
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 24)	30.267	63.432	Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	3.427.129	2.212.299
Outros ativos	80.970	98.414	Empréstimos de sociedades ligadas (Nota 8)	242.448	193.929
	6.718.646	5.259.557	Salários e encargos sociais (Nota 17)	455.815	-
Não circulante			Impostos e contribuições a recolher (Nota 18)	163.908	152.036
Realizável a longo prazo			Provisões diversas (Nota 13)	163.908	406.452
Conta-corrente com empresas ligadas	986	-	Instrumentos financeiros derivativos (Nota 24)	59.598	42.451
Contas a receber (Nota 4)	35.270	4.108	Outros passivos	5.204.062	3.821.748
Impostos a recuperar (Nota 6)	74.283	29.110	Não circulante		
Impostos de renda e contribuição social diferidos (Nota 7)	438.940	377.483	Provisão para contingências (Nota 14)	91.093	84.489
Depósitos judiciais	177.400	153.859	Provisão para assistência médica (Nota 16)	138.638	144.786
Plano de pensão (Nota 16)	40.765	35.668	Empréstimos de sociedades ligadas (Nota 8)	-	250.000
	767.644	600.228	Arrendamento mercantil (Nota 29)	10.147	4.261
Investimentos (Nota 9)	22.559	122.781	Impostos diferidos (Nota 7)	30.050	-
Imobilizado (Nota 10)	641.695	538.951	Demais contas a pagar	10.711	10.382
Intangível (Nota 11)	216.662	74.504		280.639	493.918
	880.916	736.236	Total do passivo	5.484.701	4.315.666
	1.648.560	1.336.464	Patrimônio líquido (Nota 19)		
Total do ativo	8.367.206	6.596.021	Capital social	1.310.141	1.310.141
			Ajustes de avaliação patrimonial	(6.181)	(35.436)
			Reserva legal	112.737	59.189
			Reserva lucros	1.465.808	946.461
			Total atribuível aos acionistas da Companhia	2.882.505	2.280.355
			Total do passivo e patrimônio líquido	8.367.206	6.596.021

As demonstrações contábeis completas, findas em 31 de Dezembro de 2014, auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, devidamente acompanhadas de parecer sem ressalvas, estão sendo publicadas nesta data no Diário Oficial do Estado de São Paulo, em atendimento aos requerimentos legais dispostos na Lei 11.638/07, e encontram-se disponíveis na página eletrônica da Bayer no Brasil, no endereço www.bayer.com.br.

Demonstração do resultado - Exercício findo em 31 de Dezembro		2014	2013
		Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma	
Receita com vendas e serviços (Nota 20)		7.893.346	6.651.065
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados		(4.530.405)	(3.860.069)
Lucro bruto		3.362.941	2.790.996
Recargas (despesas) operacionais			
Com vendas (Nota 21)		(1.622.239)	(1.360.972)
Gerais e administrativas		(327.071)	(335.386)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		66.931	(12.295)
Despesas operacionais (Nota 26)		(1.882.379)	(1.708.653)
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		1.480.562	1.082.343
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 9 (c))		(2.411)	8.889
Resultado Financeiro (Nota 22)		(519.560)	(266.670)
Despesas financeiras		407.172	203.316
Recargas financeiras		-	-
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.365.763	1.027.878
Imposto de renda e contribuição social (Nota 7(c))		(368.601)	(315.291)
Do exercício		73.795	15.569
Diferidos		(1.070.957)	728.156
Lucro líquido do exercício		514.24	349.57
Lucro líquido por lote de mil ações do capital social final do exercício - R\$ (Nota 19 (e))		514,24	349,57
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras			
DIRETORIA			
Theo Van Der Loo - Presidente			
Martin Geilert - Vice-Presidente			
CONTADOR			
Paulo Ricardo Brehmer Serem - Contador CRC (SP) nº 1SP 244.234/O-1			